

## Capital financeiro, crise e mundialização no contexto da década de 70

Dr. Cristiano Monteiro da Silva •

### Resumo

No contexto da crise estrutural que se viu a partir da década de 70 o capital financeiro se internacionalizou e conseguiu consolidar o neoliberalismo como projeto estratégico em várias sociedades. No Brasil, há um interessante debate que se montou a partir de tal condição objetiva, especificamente sobre as questões ideológicas contidas na tese da “Globalização”. E ainda os diversos posicionamentos sobre a atual situação hegemônica dos Estados Unidos: a tese de “Explosão Competitiva” (FIORI, 2008), a suposta crise terminal da hegemonia americana, nos sentidos atribuídos por ARRIGHI (2008) e WALLERNSTEIN (2004).

**Palavras-chaves:** Capital Financeiro; Mundialização; Hegemonia.

### Introdução

Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos detinham condições socioeconômicas e políticas superiores aos demais países e assumiram uma posição hegemônica no sistema mundial de Estados. Naquele contexto, sua superioridade podia ser notada na produção industrial, na situação financeira e militar. O produto mundial era controlado principalmente pelas empresas multinacionais estadunidenses. A internacionalização dessas empresas é um dos elementos que ajuda a compreender a reconstrução da Europa e Japão, e também a industrialização em países da América Latina. A condição hegemônica dos Estados Unidos refletiu inclusive nas instituições criadas a partir da conferência de Bretton Woods. São exemplos, o comando da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), no terreno militar, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que passaram a exercer papéis de gerentes financeiros das economias dependentes. E o dólar foi firmado como moeda de reserva da economia mundial. As políticas de reconstrução dos países capitalistas aliados foi uma das maneiras de enfrentar o bloco soviético, naquele contexto apontado como inimigo maior. Essas políticas possibilitaram um considerável crescimento econômico, o período foi caracterizado como “Boom do Pós Guerra”. Contudo, essa base trouxe novas condições estruturais. Nos primeiros anos da década de 70, emergiu mais uma crise estrutural capitalista, inicialmente situada principalmente nas economias líderes: Estados Unidos, Japão e Alemanha (ARRIGHI, 2008).

Este artigo tem por objetivo central a análise dos posicionamentos dos países dominantes no contexto da crise estrutural capitalista vista a partir da década de 70. A análise

---

\* Doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP (2010). Mestre em Economia Política PUC/SP (2002). Coordenador do curso de Ciências Econômicas/UNIANCHIETA. Coordenador do NEPEC – Núcleo de Estudos do Pensamento Econômico Contemporâneo.

de seus elementos contraditórios é feita considerando algumas categorias da teoria marxista do imperialismo. Na primeira parte, discutiremos o processo de internacionalização do capital financeiro, enquanto resposta a crise estrutural. Depois, as ideologias usadas em favor da estratégia de internacionalização. Encerramos o texto com um ensaio sobre o debate a respeito da hegemonia dos Estados Unidos no sistema mundial de Estados.

## **1. A internacionalização do capital financeiro**

O conceito de crise estrutural que levou ao fim o período do Boom do Pós Guerra é peça fundamental para qualquer análise sobre o caráter das relações internacionais vistas a partir da década de 70. Sabe-se que existem muitas interpretações. Entretanto, aqui busca-se referência no trabalho clássico de Kondratieff (1992), segundo o qual, grosso modo, além dos ciclos curtos, teoricamente analisados por Marx (1988), o desenvolvimento capitalista agrega ainda os períodos mais longos e regulares de auge e declínio econômico, que perduram aproximadamente 50 anos, marcados por uma fase ascendente e outra descendente. Sabendo que na análise o novo é considerar a rica totalidade, sobretudo, as relações internacionais marcadas pelo domínio do capital financeiro frente as demais formas de relações sociais.

No contexto da uma crise estrutural, a partir da década de 70, os sucessivos governos dos Estados Unidos adotaram políticas cujo sentido era a socialização das perdas e a reconstrução de uma situação política mundial favorável à aplicação de um projeto estratégico, tendo em vista, sobretudo, as soluções no campo da economia, à expansão do capital financeiro e a sustentação da condição hegemônica nas relações internacionais.

No campo das relações internacionais, os Estados Unidos, diante da derrota no Vietnã, passou a fazer uso dos recursos econômicos e financeiros. “A partir da década de 70, sobretudo depois do desastre do Vietnã e da política de contenção militar da China, a diplomacia americana na Ásia concentrou-se nos aspectos econômicos e financeiros” (TAVARES & BELLUZZO, 2007, p 126),

A política externa norte americana apoiou-se na nova divisão internacional do trabalho que vinha sendo montada desde o pós-guerra. O que se viu foram novas relações econômicas com o mundo asiático, especialmente com a China. Estas relações, muito embora não fossem tão satisfatórias para os saldos comerciais externos, a posteriori abriram espaços para a internacionalização do capital financeiro americano e o financiamento das contas externas por meio do controle da liquidez monetária mundial.

A respeito dessa postura dos Estados Unidos, Tavares & Belluzzo (2007, p.125) explicam que,

Com a nova divisão internacional do trabalho, facilitada pelo deslocamento das filiais multi-sourcing, a economia nacional americana se vê forçada a ampliar o seu grau de abertura comercial e a gerar um déficit comercial crescente para acomodar a expansão comercial assimétrica dos países asiáticos produzida em grande parte pela expansão global do grande capital americano.

Esse fenômeno é fundamental para explicar a nova situação econômica mundial que se montou a partir do fim do Boom do pós-guerra. Ajuda a compreender as razões para a ruptura definitiva do sistema de Bretton Woods, o abandono da produção assistida por meio da contenção dos preços do petróleo e da crescente liberalização financeira e comercial impulsionada principalmente pelos Estados Unidos e a Inglaterra a partir da década de 80.

Desde os anos 50, o euromercado vinha se desenvolvendo, contando com o apoio dos Estados Unidos e a Inglaterra e reunindo grandes bancos e empresas que operavam a partir da praça de Londres. No início da década de 60, ocorreu o primeiro ataque ao dólar, provocando desvalorização e fuga de capitais dos Estados Unidos. A reação foi no sentido de pressionar por uma liberalização dos mercados de capitais, a fim de permitir que as taxas de juros se tornassem o ponto de atração.

Fiori (2007, p.92), a esse respeito, informa que

No seu relatório Econômico Presidencial ao Congresso Americano, de 1973, o presidente Richard Nixon defendeu explicitamente que os “controles de capitais para fins de balanço de pagamentos não devem ser encorajados” e que, pelo contrário, o livre movimento de capitais é a melhor forma de promover políticas econômicas corretas.

Nos primeiros anos da década de 70, a taxa de juros americana era mantida baixa em relação aos patamares da Europa e do Japão. O dinheiro especulativo fugia do dólar resultando em desvalorizações crescentes dessa moeda. Tal situação pressionava as bases do padrão monetário dólar-ouro e tornava insustentável o regime de taxa de câmbio fixo, forjado na experiência de Bretton Woods.

O fim do regime de câmbio fixo deu novo ímpeto ao capital financeiro. O mercado de câmbio transformou-se no primeiro segmento dos mercados financeiros a entrar na “Globalização”, e colaborou para o desenvolvimento dos mercados de derivativos relacionados a variação de moedas e juros. As grandes empresas e bancos procuravam fugir dos riscos das atividades comerciais e industriais, piorado nas condições de queda de lucratividade que predominava naquele período, e aumentaram a massa de capitais mobilizadas para a especulação financeira em mercados cambiais extraterritoriais.

A eleição de Ronald Reagan (1980) nos Estados Unidos, de Margareth Thatcher (1979) na Inglaterra, e de Kohl (1982) na Alemanha, abriu as condições políticas para o salto qualitativo no processo de execução das políticas de liberalização financeira e comercial, e a internacionalização do capital financeiro. Assim foram intensificadas as iniciativas para alcançar as estratégias que vinham sendo construídas nos governos anteriores: a adoção de políticas econômicas restritivas e a liberalização dos mercados financeiros, abrindo novas frentes para o capital financeiro e para a ampliação das relações com o mundo asiático, principalmente a China, iniciada no governo Nixon (FIORI, 2007).

O impulso inicial foi dado pela decisão do Banco Central americano de elevar a taxa de juros em 1979, associada ao fim do controle dos movimentos de capitais. A política dos EUA de aumentar os juros valorizou muito o dólar. Os governos começaram a desregular/liberalizar os mercados financeiros. O ponto alto deste processo veio com a

desregulamentação dos mercados acionários e a incorporação do leste europeu e da América Latina a este caminho, a partir da década de 90.

A mudança na política monetária do FED, a partir de 1979, lançou os países localizados na periferia do sistema numa grande crise, que perdurou toda a década de 80 (MARQUES & NAKATANI, 2008). Esses países tiveram que adaptar suas condições econômicas para conter os desequilíbrios das contas externas, naquele período determinado devido aos pagamentos de juros e amortizações da dívida externa.

A internacionalização do capital financeiro foi conduzida fazendo uso do dólar, sendo ele a face dos investimentos diretos estrangeiros, além de assumir as formas especulativas e parasitárias.

As bolsas deixaram de ser o local de capitalização das empresas para tornarem-se locais de variadas formas de especulação financeira. A acumulação de ativos financeiros ganhou espaço na composição da riqueza capitalista. O patrimônio das famílias passou a incorporar ativos financeiros além de móveis e bens duráveis.

A partir dos anos 80 cresceu sobremaneira o volume de exportação de capitais. Os sujeitos desse processo são grandes instituições financeiras e empresas multinacionais, que seguiram determinando o fluxo de investimentos estrangeiros. Nas palavras de Arrighi (2008, p.151):

Diante do aumento da concorrência internacional (principalmente em setores de intercâmbio intensivo, como a indústria), as empresas com custos mais altos reagiram à queda do lucro subtraindo do investimento em capital fixo e em mercadorias uma proporção cada vez maior de receita e desviando-a para a liquidez e para a acumulação nos canais financeiros.

Os Estados Unidos aparecem como a principal força controladora do fluxo mundial de capitais. “Ameaçados no campo da produção, os Estados Unidos reagiram afirmando sua hegemonia por meio das finanças” (Harvey, 2004, p.58).

A internacionalização do capital financeiro foi o meio pelo qual se procurou sair da crise iniciada nos anos 70. Houve um processo de internacionalização do capital financeiro que consolidou relações sociais capitalistas em países como China e Rússia, e ainda para os países dependentes da América Latina, além de outras regiões. A esse respeito, é interessante notar a observação de Harvey (2004, p. 124):

O colapso da União Soviética e depois a abertura da China envolveram uma imensa liberação de ativos até então não disponíveis na corrente principal da acumulação do capital. O que teria acontecido com o capital sobreacumulado nos últimos 30 anos sem a abertura de novos terrenos de acumulação?

O modelo de liberalização comercial e financeira foi o projeto de consenso entre as grandes potências. As políticas liberalizantes abriram caminho para a exportação do excedente econômico dos países centrais. Para os países localizados na periferia do sistema as políticas econômicas restritivas abriram espaço para uma maior dependência do capital financeiro.

## 2. As ideologias

No contexto da crise estrutural capitalista vivida no pós década de 70, a recuperação dos países centrais deu-se com a internacionalização do capital financeiro. O grupo dominante dos países centrais, tendo a frente os Estado Unidos, passou a construir uma nova ordem mundial.

No plano ideológico, o termo Globalização desde então vem sendo empregado para explicar fenômenos da economia mundial. Tal como é apresentado, esse conceito promove uma abstração ampla dos elementos históricos determinantes da atual etapa capitalista, e o processo de luta de classes, compreendido no tempo e no espaço. E ainda, sobre as relações internacionais, desconsidera a rica totalidade do processo político, o sistema mundial de Estados e a diversidade presente nas nações. De certo modo, é o velho problema da naturalização do processo econômico presente no liberalismo de Adam Smith (1996) e David Ricardo (1996), bem como de suas versões mais contemporâneas, tendo o Neoliberalismo como expressão máxima.

O uso considerável do termo Globalização não pode ser explicado sem levar em conta a condição objetiva das relações internacionais nas últimas décadas. A força da idéia explica-se pelo movimento dos grupos dominantes. A base material é o processo de internacionalização do capital financeiro empenhado pelos Estados mais desenvolvidos em favor das grandes empresas e bancos, que se fez contra a população dependente e pobre da periferia do sistema.

Nesse contexto, teóricos da Mundialização do capital assumiram o desafio do rigor científico. Desse ponto de vista, a nova fase da internacionalização consiste no predomínio de estratégias globais, de novas relações entre o capital financeiro e o Estado, e também entre suas diferentes determinações, principalmente na interpenetração entre o capital portador de juros e o capital produtivo (MARQUES & NAKATANI, 2008).

Nas palavras de Chesnais (1996, p.34),

A mundialização é resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan.

O trabalho de Chesnais (1996) situa-se entre as melhores elaborações sobre as especificidades da recente internacionalização do capital financeiro. Em suas palavras, “já antes situamos este nosso trabalho entre os que surgem como prolongamento das obras dos anos 70 sobre a internacionalização do capital” (CHESNAIS, 1996, p.51). Esse autor defende a tese de que Dominância Financeira, segundo a qual se vive um regime de acumulação e um modo de regulação por ele denominado regime de acumulação mundializado de acumulação financeira.

### **3. A hegemonia dos Estados Unidos no sistema mundial de Estados**

No Brasil, vê-se um importante debate teórico sobre os efeitos das recentes transformações capitalistas sobre a hegemonia dos Estados Unidos no sistema mundial de Estados. No campo do pensamento crítico tem-se autores como Fiori (2008), que discutem a ideia de que na etapa da Globalização houve recuperação do poder americano e caminha-se para uma espécie de um sistema imperial com domínio ainda mais concentrado, uma forma de Poder Global. Por outro lado, tem-se a abordagem metodológica distinta de Arrighi (2008) e Wallerstein (2004, 2002, 2001). O primeiro, como tese central, apresenta o declínio processual da hegemonia norte americana. O segundo, de forma mais contundente, expõe a tese de crise absoluta da hegemonia americana e o sentido de uma crise terminal do sistema mundial moderno de Estado.

#### **3. 1. A tese da Explosão Competitiva**

Fiori (2008) analisa a dinâmica das relações internacionais nas últimas décadas fazendo uso de uma teoria por ele denominada “Universo em Expansão”, da qual deriva a tese da “Explosão Competitiva”. Em síntese, entende-se que existe um sistema mundial de Estados mediado por uma competição ininterrupta, em que os vários Estados-nação concorrem entre si tendo por estratégia o poder global. FIORI (2009,p.31) reforça essa idéia no sentido de que,

Do nosso ponto de vista, entretanto, a melhor maneira de pensar o “sistema interestatal capitalista”, que se formou a partir da expansão européia do século XVI, não é através de uma metáfora biológica, e sim cosmológica, olhando para o sistema como se ele fosse um “universo em expansão contínua”. Com um núcleo central formado pelos Estados e economias nacionais que lutam pelo “poder global”, que são inseparáveis, complementares e competitivos. E estão em permanente preparação para a guerra, uma guerra futura e eventual, que talvez nunca ocorra e que não é necessário que venha a ocorrer, Por isso, os Estados e economias que compõem o sistema interestatal capitalista estão sempre criando, ao mesmo tempo, ordem e desordem, expansão e crise, paz e guerra. E as potências que uma vez ocupam a posição de liderança não desaparecem, nem são derrotadas por seu “sucessor” (grifo nosso)

Em trabalho publicado recentemente, quando o autor se dedica ao debate sobre a crise capitalista mundial, vista nos últimos anos, também faz uso do conceito de explosão competitiva.

Do nosso ponto de vista, as crises e as guerras em curso neste início de século XXI, ainda fazem parte de uma transformação estrutural de longo prazo, que provocou uma “explosão expansiva” e um grande aumento da “pressão competitiva” interna, dentro do sistema mundial (FIORI, 2009, p.32).

Para Fiori (2008; 2009), o sistema mundial de Estados não funciona em movimentos cíclicos, no qual o poder global é modificado. As crises estruturais do capitalismo mundial são vistas por meio de outras categorias teóricas e, acrescenta o autor, que não modificam a estrutura de poder entre os Estados. É o que se pode notar nas linhas seguintes.

Essas teorias lêem a história do sistema mundial como uma sucessão de ciclos hegemônicos, uma espécie de ciclos biológicos de Estado e das economias nacionais, que nascem, crescem e dominam o mundo e depois declinam, sendo substituídas por um novo Estado e uma economia nacional que percorreriam o ciclo anterior – até chegar a sua vez de decair (FIORI, 2009, 31).

Para Fiori (2008; 2009), tanto a crise que causou o fim o “Boom do Pós Guerra”, em fins da década de 70, como os acontecimentos mais recentes, não desmontaram a liderança dos Estados Unidos.

O autor analisa essa questão do seguinte modo:

Com relação à “crise da década de 1970”, hoje está claro que ela não enfraqueceu o poder americano; mais do que isto, todos os sinais que foram apontados como indicadores do seu declínio, se transformaram no seu contrário. Assim, por exemplo, é verdade que os Estados Unidos se transformaram no “grande devedor” da economia mundial, a partir dos anos 1970. Mas essa dívida não provocou um desequilíbrio fatal na economia americana, e funcionou como um motor da economia internacional, nesses últimos quarenta anos. Foi também no início da década de 1970 que ocorreu a crise final do Sistema de Bretton Woods, e, no entanto, o “padrão dólar-ouro foi substituído por um novo padrão monetário internacional – o “dólar-flexível” – que permitiu aos Estados Unidos exercerem um poder monetário e financeiro internacional sem precedente na história da economia e do “sistema mundial moderno” (FIORI, 2008, p.17).

Afora as críticas sobre as categorias teóricas empregadas por Fiori (2008) para fazer sua análise do sistema mundial capitalista, convém reconhecer alguns aspectos positivos. Sua teoria trabalha uma relação entre desenvolvimento do capitalismo mundial e a concentração de riquezas. O preceito básico é de Estado –potência (no momento, papel incorporado pelos Estados Unidos) que reserva condições supremas na competição internacional. Assim sendo, procura mostrar que no contexto da crise da década de 70 os Estados Unidos posicionaram-se como o país mais desenvolvido e as políticas econômicas dos sucessivos governos não foram defensivas, pelo contrário, denotam sentido de recuperação. Exemplo maior são os apontamentos que se faz sobre as relações econômicas e financeiras com o mundo asiático, especialmente a China. É uma teoria que considera principalmente os aspectos econômicos sob uma perspectiva de comando dos grandes monopólios.

Contudo, outros aspectos devem ser criticados. O primeiro é que a teoria expõe uma forma analítica concentrada no papel dos governos e nações. No nosso ponto de vista, no capitalismo, mesmo em sua fase monopolista, não é possível pensar o conceito de poder político sem a associação às classes sociais e mais especificamente o controle da riqueza social por parte dos capitalistas. Os Estados nacionais e governos encarnam as contradições derivadas da luta de classes, vistas em nível internacional, situadas em tempos históricos. Esse deve ser o primeiro passo de qualquer teoria relacionada ao Estado, poder político e crise capitalista.

O segundo ponto é o fato de ele admitir a possibilidade de acumulação capitalista interminável. Sabe-se que o capitalismo encontra-se em sua fase monopolista, na qual as contradições que são inerentes ao sistema potencializam-se. A acumulação de riqueza numa ponta passa a depender de uma situação política entre as classes sociais marcadas por conflitos permanentes e mais acirrados, ou seja, de problemas estruturais que geram barreiras objetivas ao desenvolvimento capitalista.

### **3.2. Crise terminal do sistema mundial moderno?**

Wallerstein (2004) defende a tese de que os Estados Unidos vivem o momento de uma crise aguda de dominação política. Tal crise arrasta-se desde a década de 70 e nos tempos atuais adquiriu uma forma de crise terminal do sistema mundial de Estado moderno, dando lugar a algo novo, ainda desconhecido e imprevisível. Ele aponta como prova os acontecimentos militares do pós-guerra envolvendo intervenções americanas. O fato central foi a guerra do Vietnã. “Mas o Vietnã não foi simplesmente uma derrota militar ou uma nódoa no prestígio dos Estados Unidos. A guerra desferiu um forte golpe na capacidade de os Estados Unidos continuarem a ser a potência econômica dominante no mundo” (WALLERSTEIN, 2004, p.26).

Recentemente, a maior expressão do declínio do poder americano foi o episódio do World Trade Center, em 11 de setembro de 2001, no qual, segundo Wallerstein (2004), forças não-estatais, relativamente mais fracas do que qualquer Estado conseguiram se sobrepôr ao aparato militar da grande potência.

As pessoas responsáveis pelo ataque não representavam uma potência militar. Eram membros de uma força não estatal, com elevado grau de determinação, algum dinheiro, um bando de seguidores dedicados e uma base forte num Estado fraco. Em suma, militarmente, não eram nada. Contudo, conseguiram levar a cabo um ousado ataque em solo norte-americano (WALLERSTEIN, 2004, p. 31).

Os argumentos de Wallerstein (2004) abstraem traços importantes do processo de acumulação de poder e riqueza nas últimas décadas. Em síntese, a Globalização representou um processo de ofensiva política contra os trabalhadores e as aspirações nacionalistas do capitalismo dependente da periferia do sistema. Os Estados Unidos de várias formas comandaram as forças financeiras, produtivas, ideológicas e até mesmo militares que submeteram nações parceiras, adversárias e o proletariado mundial sob as condições de exploração do projeto estratégico do capital financeiro, denominado neoliberalismo.

Arrighi (2008), praticamente no mesmo sentido, sustenta a idéia de crise estrutural e declínio terminal da hegemonia americana. O lugar antes ocupado pelos Estados Unidos está sendo disputado por outros países, sendo que, para o autor, até o momento tudo indica que a China é o candidato com maior potencialidade. Lê-se que, sobretudo, a derrota militar no Vietnã trouxe efeitos negativos contundentes na condição hegemônica dos Estados Unidos. Em linhas gerais, abriu-se uma situação política determinando políticas econômicas defensivas e muitas dificuldades para o exercício do poder imperialista.



O resultado foi que os Estados Unidos perderam boa parte de sua credibilidade política como polícia do mundo, estimulando assim as forças nacionalistas e revolucionárias sociais que as políticas da Guerra Fria pretendiam restringir. Juntamente com boa parte da credibilidade política de seu aparato militar, os Estados Unidos também perderam o controle do sistema monetário mundial. Como afirmamos no capítulo 5, a escalada das despesas públicas para sustentar o empreendimento militar no Vietnã e superar a oposição à guerra dentro do país, por meio do programa da Grande Sociedade, fortaleceu a pressão inflacionária nos Estados Unidos e a economia mundial em geral, aprofundou a crise fiscal do Estado norte-americano e acabou levando ao colapso o sistema de câmbio fixo, cujo centro era os Estados Unidos (ARRIGHI, 2008, p.165).

O autor explica que no período apareceram limites para a expansão do capital financeiro americano. Segue explicando o autor que as grandes empresas multinacionais americanas detinham uma estrutura muito verticalizada, isto é, concentravam a produção nos países centrais. Tal fato, historicamente abriu espaços para a resistência e concorrência de novas empresas entrantes originárias na periferia do sistema, sob novas bases de organização empresarial.

A esse respeito, o autor ainda esclarece que

Contudo, por enquanto observaremos que a falta de integração orgânica dos Estados Unidos na economia global, que foi a grande vantagem do capital norte americano na primeira metade do século XX, transformou-se em restrição à capacidade desse capital para aproveitar a tendência à financeirização que ganhava ímpeto na década de 1970, nacional e internacionalmente, sob o impacto da intensificação da concorrência e a crise de lucratividade a ela associada (ARRIGHI, 2008, p.155).

O aumento da oferta mundial, afirma o autor, ajuda a compreender a crise estrutural vista a partir da década de 70 e nos anos posteriores criaram barreiras à valorização produtiva do capital. O resultado foi um processo de financeirização em nível mundial.

Para Arrighi (2008, p.152),

Quando o aumento da concorrência reduz a disponibilidade de ninhos lucrativos e relativamente vazios nos mercados de commodities, as principais organizações capitalistas dispõem de um último refúgio, para o qual podem recuar e transferir para outros a pressão da concorrência. Esse último refúgio é o “quartel-general do sistema capitalista” de Schumpeter: o mercado de dinheiro.

Do ponto de vista de Arrighi (2008), houve recuperação dos Estados Unidos, mas sob bases financeiras frágeis e se prenunciam crises mais profundas no futuro.

O sucesso que a contra-revolução monetarista obteve ao transformar a expansão financeira da década de 70 na força motriz da reflexão da riqueza e do poder norte-americanos nas décadas de 80 e 90 não foi, em si, uma garantia de que não voltaria a ocorrer colapso sistêmico análogo (ARRIGHI, 2008, 172).

É interessante notar a relação que Arrighi (2008) faz entre o declínio produtivo, financeirização, e a crise de hegemonia dos Estados Unidos. Em síntese, pensa-se que essa é a

forma com a qual analisa os acontecimentos da internacionalização capitalista e a hegemonia dos Estados Unidos.

A idéia de desenvolvimento desigual vista em Arrighi (2008) tem importância crucial nas definições de sua obra. Por desenvolvimento desigual entende-se “o processo pelo qual os retardatários do desenvolvimento capitalista tentam e acabam conseguindo alcançar os líderes desse desenvolvimento” (ARRIGHI, 2008, p.112). Esse conceito é utilizado por Arrighi (2008) para explicar o desenvolvimento do “Boom do pós-guerra”, o problema estrutural que levou à crise de lucratividade e à financeirização localizada nos países centrais, e também à situação supostamente defensiva das mudanças socioeconômicas verificadas a partir da década de 1970. Como exemplos aparecem em seu texto os temas da elevação da produção industrial na Alemanha e Japão, e a influência do euromercado no mercado de capitais que levou ao fim o sistema Bretton Woods. Diria ainda que na definição das teses centrais da obra está o declínio absoluto do poder americano e a ascensão da China.

Acredita-se que Arrighi (2008) emprega o conceito de desenvolvimento desigual demonstrando uma lógica capitalista não-concentradora de riquezas, em que a periferia do sistema, por motivos não revelados, consegue equiparar-se e ou sobrepor-se aos monopólios. É o que se pode compreender de suas formulações sobre o declínio da produção e o processo de financeirização. Em várias passagens de sua obra, o autor afirma que estaria ocorrendo uma contra-ofensiva dos países relativamente atrasados (principalmente europeus e asiáticos), sobre os Estados Unidos, em várias áreas, como na produção, na ordem financeira e nas políticas cambiais.

## **Conclusão**

Portanto, entende-se que no contexto de crise estrutural vista a partir da década de 70, os Estados Unidos e o grupo dos países dominantes conseguiram aplicar a internacionalização do capital financeiro e a construção de um consenso em torno do projeto estratégico do Neoliberalismo.

Neste sentido, é precipitado assumir a tese de uma crise terminal do poder americano no sistema mundial de Estados e o prenúncio de um novo hegemom, surgido a partir das condições de produtividade e acumulação do mundo asiático. Não é correto caracterizar o declínio de uma potência imperialista baseando-se exclusivamente na capacidade de construir o consenso no grupo dominante. Deve-se considerar principalmente as relações objetivas que sustentam a posição hegemônica.

Enfim, para se entender o contexto da crise dos anos 70 torna-se fundamental considerar a relação do capital financeiro americano com os países asiáticos, especialmente a China, e outros países dominados. Contudo, apenas para o registro de uma posição contraditória, entende-se que o lugar dos países dominantes no sistema mundial de Estados se sustenta a partir de um conjunto de elementos. Pode-se citar: as dimensões econômicas, isto é, a dotação as forças produtivas; a estabilidade política e social; a capacidade dos impérios de

manter o controle de suas colônias; a força militar dos Estados, que não depende exclusivamente das técnicas, mas sim da coesão social, da capacidade de se convencer a sociedade sobre a necessidade do agrido militar; o equilíbrio das forças em blocos formais etc. É certo que no contexto em referência percebe-se muitas contradições no exercício dos elementos destacados, porém, pensa-se que por ora não se avista outra nação caminhando para reunir as condições estruturais suficientes para se posicionar como um novo hegemon no sistema mundial de Estados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, P. (1995). Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. & GENTIL, P. Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ARRIGHI, G. (2008). Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo.
- BRENNER, R. (2003). O Boom e a Bolha. Rio de Janeiro: Record.
- CHESNAIS, F. (1996). A mundialização do capital. São Paulo: Xamã.
- COX, R. W. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. (2007). In: Gill, S. (Org). Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais. Rio de Janeiro: UFRJ.
- FIORI, J. L. (2007). O poder global. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (Org.). (2007). O poder americano. Petrópolis, Vozes.
- \_\_\_\_\_. et al. (2008). O Mito do Colapso do Poder Americano. Rio de Janeiro: Record.
- \_\_\_\_\_. (2009). A esquerda e a crise. Revista Margem Esquerda. São Paulo, n. 13, p.29-34.
- HARVEY, D. (2004). O Novo Imperialismo. São Paulo: Edições Loyola.
- KONDRATIEFF, N. (1992). Les grands cycles de La conjuncture. Paris: Economica.
- MARQUES, R. M. & NAKATANI, P. (2008). O papel da finança no capitalismo contemporâneo. Salvador: ANPEC.
- SMITH, A. (1996). A riqueza das nações. São Paulo: Nova Cultural.
- TAVARES, M. C. & BELLUZZO, L. G. (2007). A Mundialização do Capital e a Expansão do Poder Americano. In: FIORI, J. L. O Poder Americano. Petrópolis: Vozes.
- WALLERSTEIN, I. (2004). O Declínio do poder americano. Rio de Janeiro: Contraponto.